

O Socialista

JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

JORNAL DA LOI

BRASIL

Nº 119 - março de 2024

R\$5,00

ARGENTINA:

RUMO A UM PACTO DE CASTAS

Pág. 4

1º ANO DA FRENTE AMPLA:

**GOVERNO LULA AVANÇA COM POLÍTICA
DITADA PELO IMPERIALISMO**

PÁG. 7

SINPEEM: CAMPANHA SALARIAL 2024

PÁG.12

EQUADOR:

A SAÍDA CONTRA A VIOLÊNCIA

ESTATAL E DO NARCOTRÁFICO É A AUTODEFESA

E A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

PÁG.6

SÃO PAULO:

**ENTRE LULA E BOLSONARO,
TARCÍSIO ACELERA PRIVATIZAÇÃO.**

PÁG. 10

CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loloposicaodeluta@gmail.com.br

[EDITORIAL]

A SITUAÇÃO MUNDIAL APÓS DOIS ANOS DE GUERRA NA UCRÂNIA

Iniciamos o ano de 2024 com o aprofundamento das tendências bélicas observadas no período de intensificação da crise econômica, principalmente pelos efeitos da pandemia. Atualmente, os conflitos interestatais ou internos, potencializados por variáveis nacionais, mas, principalmente, como consequência da situação mundial, se apresentam em todas as partes do globo.

A guerra entre Rússia e Ucrânia, que já completou 2 anos, está demarcada na busca mais ampla de assimilação dos ex-Estados operários pelo imperialismo e expõe, com o prolongamento do conflito sem perspectivas de solução a curto e médio prazo, a sua decomposição histórica e incapacidade de controlar as contradições abertas neste processo. Os reflexos dessas contradições se estendem por toda a Europa, mas também no Oriente Médio, África, América Latina e nos próprios Estados Unidos. O conflito russo-ucraniano e as decorrentes sanções aplicadas contra a Rússia, interromperam cadeias importantes de produção e

circulação de mercadorias, principalmente por conta do impacto nos alimentos e combustíveis, o que não apenas causou altos índices inflacionários globais, mas também outros conflitos regionais.

Em outubro passado, o Azerbaijão realizou nova ofensiva contra os armênios em Nagorno-Karabakh provocando a rendição e a dissolução de seu governo autônomo. A região é fundamental para o transporte de petróleo do Mar Cáspio para a Turquia e do gás para a Europa, cuja parte do fornecimento foi assumida pelo Azerbaijão após sanções impostas contra a Rússia.

A Rússia, aproveitando a desorientação do imperialismo francês ampliada pelo recente ascenso da luta de classes, está atuando na África, através do seu braço paramilitar, o grupo Wagner, negociando diretamente com as sub-burguesias nativas, especialmente dos países do Sahel, a exploração de minérios em troca do fornecimento de grãos e apoio militar. Muitos

desses países também já têm acordos com a China para investimentos e exploração das minas, na tentativa de negociar os interesses de suas próprias burguesias, sem submetê-los aos interesses imperialistas, mais diretamente franceses.

Segundo notícia recente do “The Guardian”, a guerra Rússia e Ucrânia já está sendo travada também na África, com o envio de tropas especiais ucranianas para o Sudão com o objetivo de apoiar o governo contra as forças rebeldes RSF (Força de Apoio Rápido) que, por sua vez, recebem apoio militar do Grupo Wagner. A guerra civil no Sudão já deixou mais de 15 mil mortos e deslocou mais de sete milhões de pessoas. Até setembro de 2023, a ONU contabilizava 114 milhões de refugiados no mundo, a maior parte proveniente dos conflitos e guerras na África e cujos destinos encontram-se, também na maior parte - 75%, entre os próprios países fronteiriços, conhecidos como países de “baixa renda”.

O Sudão, junto com Marrocos, Bahrein e Emirados Árabes, fez parte dos acordos de Trump de aproximação com seu enclave na região, Israel; e, na perspectiva de uma aproximação também com a Arábia Saudita, Netanyahu anunciou em setembro passado, seu objetivo de protagonizar um “Novo Oriente Médio” que permitiria a concretização de um corredor econômico, idealizado e financiado pelo imperialismo, da Índia até a Europa. Logo na sequência, em outubro, Israel intensifica os ataques à Gaza, promovendo um verdadeiro genocídio contra os palestinos.

A ofensiva de Israel já dura mais de quatro meses e avança também para a Cisjordânia, numa nítida política de limpeza étnica para garantir a estabilidade necessária na região, atendendo aos interesses econômicos e estratégicos do imperialismo. Desde o início dos ataques, o número de palestinos mortos se aproxima dos 30 mil. A investida, porém, acentuou o conflito com o Irã e os houthis no Iêmen, que desde o final do ano passado, estão atacando as embarcações comerciais que atravessam o Mar Vermelho, numa forma de responder e confrontar os ataques israelenses na Palestina. Esses ataques também estão causando perturbações econômicas globais, pois a rota é responsável por 15% do comércio marítimo global. Bases americanas no Iraque e na fronteira entre Jordânia e Síria foram atacadas por movimen-

tos de resistência apoiados pelo Irã, causando a morte de soldados americanos, ao que os EUA responderam com ataques aéreos a esses países, visando alvos iranianos, elevando a escalada bélica na região.

Segundo o relatório do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), o gasto militar global atingiu o maior patamar do pós-guerra em 2023, chegando a US\$2,2 trilhões, o que representou um aumento de 9% em relação ao ano anterior. Obviamente, os EUA são responsáveis por 41% desse montante, somando os gastos dos outros 14 países ranqueados juntos. A China segue com 10% do gasto global, mantendo sua política de forte investimento militar e de transformação do seu exército em uma “força de projeção”, capaz de atuar em áreas distantes de suas



fronteiras. Na Europa, a Polônia tem seguido a cartilha ditada pelo imperialismo e já destina 4% do seu PIB com segurança militar. A Índia também tem ampliado seu investimento militar, ultrapassando o Reino Unido, proporcionalmente. Ainda segundo o estudo, a Rússia foi o país que mais investiu em termos proporcionais, aumentando seus gastos militares em 18,6%, chegando a destinar 6% do PIB, para manter uma guerra longa, além de contar com o auxílio do Irã fornecendo drones que estão sendo utilizados para atacar a Ucrânia que, por sua vez, vê seus recursos provenientes do imperialismo secarem, enquanto aguarda a disputa política parlamentar estadunidense, inflamada pelo retorno de Trump como um forte candidato à presidência. O investimento militar, inclusive, tem sido um dos motes da campanha antecipada de Trump, ameaçando os demais membros da OTAN a investirem o mínimo previsto no Tratado, sob pena de ficarem sem o apoio militar norte-americano.

Os dados econômicos recentemente divulgados e sua leitura pelos economistas burgueses demonstram a “solidez” da economia estadunidense que apresentou um crescimento do PIB de 2,5% em 2023 frente aos níveis de

crescimento muito baixos da zona do Euro, puxados pela recessão alemã, do Japão e a desaceleração do crescimento da China, envolta na crise de liquidez provocada pelo mercado imobiliário. Esse crescimento é conjuntural, pois relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das tendências bélicas e dos conflitos, resumidamente, apresentados acima. O investimento produtivo cresceu com os gastos militares, mas também com uma política industrial levada a cabo pelo governo Trump e intensificada com Biden, com subsídios governamentais para indústrias, especialmente de tecnologia, como as que produzem chips, como parte da disputa com a China; mas também como uma tentativa de aumentar a produtividade diante da crise estrutural do capitalismo. Além disso, os EUA se beneficiaram diretamente das sanções aplicadas à Rússia no fornecimento de gás e petróleo, bem como com a destruição dos gasodutos que os conduziam, obrigando os países europeus a consumirem o seu produto a preços mais elevados. Já a Rússia, derrubando todas as previsões do FMI, obteve um crescimento do PIB de 3,6% em 2023, levando a cabo uma economia de guerra, ou seja, aumentando o investimento produtivo militar, e uma política de austeridade fiscal, além de conseguir manter os preços

dos barris acima do teto imposto pelas sanções.

A “solidez” econômica estadunidense não se sustenta nas projeções realizadas para 2024 e 2025 que preveem uma desaceleração do crescimento norte-americano e a manutenção da estagnação do crescimento na zona do euro, Reino Unido e Japão, com índices abaixo de 1%. Ainda que o otimismo dos economistas burgueses anunciem um “pouso leve” da economia global com a previsão de recuo da inflação (mesmo sem retornar às taxas próximas a 2%), a manutenção das elevadas taxas de juros, o aumento do endividamento e a perspectiva de intensificação dos conflitos pelo globo, afetando a cadeia global de produção e distribuição, deixam claro que as contradições abertas e intensificadas pelo imperialismo em decomposição não podem ser superadas pelas políticas de seus estados-nação, através dos bancos centrais, ou de suas instituições globais.

Da mesma forma, está claro que qualquer saída buscada pelo imperialismo, nas disputas interestatais por mercados e pelo aumento da produtividade, se chocará com os interesses da nossa classe, pois pressupõe, não só um aumento brutal da exploração da força de trabalho, mas a própria imposição de condições materiais precárias de sobrevivência para enormes contingentes. Não à toa, observamos pro-

cessos de luta de classes e de resistência à política econômica e bélica imperialista também em diversas partes do globo. Contudo, é preciso desmascarar as políticas das direções que colocam a centralidade da luta nas instâncias do estado burguês. É preciso canalizar a disposição de luta da classe para atacar o imperialismo na sua raiz, ou seja, na produção, através da imposição de um programa transicional que desorganize a burguesia na sua base e forje a vanguarda que organizará, de forma consciente, as novas bases da produção material. É pautado nesta tarefa que focamos a construção do Partido Revolucionário, a IV Internacional.





RUMO A UM PACTO DE CASTAS

[ARGENTINA]

No dia 1º de março, Milei abriu as sessões ordinárias do Congresso na Assembleia Legislativa. No discurso, tentou mostrar alguma força enquanto o governo é muito fraco e sem poder político. Os eixos principais centraram-se na denúncia da pesada herança que recebeu, na melhoria da macroeconomia diante do ajuste e na necessidade de reformas estruturais, seja com acordo parlamentar ou por decreto. Reforçou ideias repressivas e o ataque aos sindicatos, às organizações “piqueteras” e aos trabalhadores. Discursando contra aqueles que defendem os seus privilégios, anunciou o seu projeto de lei “anti-casta”, através do qual pretende atacar os sindicatos com uma suposta democratização. Desta forma, deixa claro que a essência do seu governo encarna o objetivo histórico dos capitalistas: liberdade para o mercado e forte intervenção estatal para os sindicatos. Nesta perspectiva, é fácil descobrir o fio condutor que une Milei aos demais governos, sejam eles peronistas, radicais ou de variações macristas: reforçar a estatização das organizações sindicais para manter sob controle o seu verdadeiro inimigo e o qual realmente temem: a classe trabalhadora.

Depois de tanta manifestação de ressentimento nas redes, precisou chamar a casta ao diálogo e pedir-lhes um “Pacto de 25 de Maio” (dia nacional na Argentina), que propõe 10 pontos para refundar o país. Em troca, exige a aprovação do Congresso da fracassada “lei ómnibus” e de um pacto fiscal. Foi um movimento antecipado face a uma possível queda do DNU, que impôs logo que assumiu o cargo de presidente e que constitui, por enquanto, a única ferramenta que lhe resta para sustentar o ajuste brutal aos trabalhadores. Se os governadores conseguissem contornar as manobras dilatórias do vice Villarruel e obtivessem a rejeição no Senado,

isso significaria extrema debilidade para o governo e abriria uma possibilidade mais concreta de forçá-lo a um governo de coalizão, o que poderia implicar a destruição de seu partido, La Libertad Avanza (LLA).

A proposta do “Pacto de Maio” procura remendar o enfraquecido regime político argentino, que atravessa a crise histórica do seu último pacto entre castas, que foi o Pacto de Olivos e a reforma constitucional de 94. Esta é uma nova tentativa de pacto anti-operário e de submissão ao imperialismo.

A Argentina nunca conseguiu, apesar de várias tentativas históricas, resolver plenamente a arquitetura jurídica institucional do federalismo e a relação das províncias com o Estado central. A concentração assimétrica dos portos, o caráter parasitário do Estado, no que diz respeito à produção exportadora de commodities, geraram e ainda geram grandes contradições no precário sistema produtivo nacional. A reforma constitucional de 94 buscou resolver isso, quando o ex-presidente Menem estabeleceu a provincialização dos recursos naturais, embora a arrecadação de impostos permaneça nas mãos do governo central. Para atenuar esta situação nefasta, foi estabelecida a chamada “coparticipação federal”, através da qual o Estado nacional distribui uma parte dos rendimentos arrecadados às províncias. Esta coparticipação tem servido, por um lado, como moeda de troca para acordos políticos de todos os tipos com os governadores provinciais e, por outro, para resolver disputas territoriais.

Após a queda da “lei ómnibus”, o governo teve que recalcular e acelerar o ajuste às províncias e o ataque às massas para tentar transformar essa debilidade em

força. Reduziu a coparticipação com diferentes desculpas, confrontando-se com grande parte dos governadores, especialmente com a “liga dos patagônicos”, províncias majoritariamente produtoras de petróleo, confronto que não se agravou mais porque uma resolução de um juiz decidiu a favor de província de Chubut, que ameaçou cortar o envio de gás e petróleo se os recursos não lhe fossem transferidos.

Embora o governo nacional diga que irá recorrer da decisão, na realidade houve uma trégua. Por trás dos discursos inflamados, escondia-se o plano de Caputo, o negociador financeiro do governo, que implicava, ao cortar fundos às províncias e não pagar a dívida aos setores energéticos intermediários, mostrar um enganoso “superávit” financeiro ao FMI para obter mais crédito. Porém, isso ficou atolado porque se tornou evidente que não só o superávit, mas também a ausência de déficit, são muito precários e não podem ser sustentáveis ao longo do tempo, como alertaram os mesmos representantes do organismo.

O slogan “motosserra e liquidificador” de Milei combina corte de custos e liquefação dos salários dos trabalhadores ativos e aposentados. Isto é, uma transferência fenomenal de recursos e lucros para o grande capital estrangeiro e para o setor “nacional” relacionado com este. Tudo agrada a uma fração burguesa e pequeno-burguesa que celebra a submissão ao imperialismo e ao seu disciplinamento. Mas, apesar deste cenário, seus chefes no FMI estão desesperados em adverti-lo, como também o fez o Papa Francisco, de que os votos não são uma base política ou social para dirigir uma semicolônia e que, se os processos de luta de classes se radicalizarem mais, desestabiliza a região e possivelmente abre um processo mais convulsionado na América Latina.

O aprofundamento da penetração imperialista na região, reconfigura e decompõe as débeis burguesias, o proletariado e suas instituições estatais. Estas condições especiais de poder estatal, características dos *bonapartismos sui generis*, tornam-se ainda mais débeis e instáveis face à crise dos partidos nacionais, das frentes populares sob a forma de partido, do parlamento, da figura do presidente, etc. Esta decomposição das instituições, em suma, a crise da democracia pequeno-burguesa própria das semicolônias, faz com que o poder estatal entre numa crise histórica e quase sem saí-

da.

Milei mostra esse fenômeno de forma contundente, pois se trata de um governo fraco, sem poder no Congresso, sem governadores, sem partido. Dado o fracasso das variantes estatistas, populistas e liberais que o precederam, um setor manifestou-se a favor desta variante decadente do regime burguês através do voto. É tão fraco que, obviamente, deve procurar o apoio do imperialismo e assentar o seu poder numa suposta opinião pública, que, como se sabe, irá oscilar, dependendo dos acontecimentos e da situação.

Mas então, por que ainda se mantém? Por enquanto tem conseguido resistir fundamentalmente graças às direções pequeno-burguesas do PJ, do PRO, da UCR, dos empresários e da burocracia sindical. Porque acima de tudo defendem o sistema capitalista e o Estado burguês e a sua forma de dominação, que é a democracia burguesa. O PJ e os seus satélites ajudam ganhando tempo, uma vez que ainda não podem se postular como mudança burguesa e ainda segue desenvolvendo-se a crise dentro do seu movimento após a derrota eleitoral. O PRO e a UCR, preparando-se para a mudança ou para formar uma coalizão. Os empresários, através dos governadores, negociando a sua nova relação com o imperialismo para não permanecer apenas como uma burguesia rentista. A burocracia sindical tratando de conter os trabalhadores, defendendo a estatização dos sindicatos e atuando como agente da burguesia nas instituições operárias, enquanto as nossas condições de vida são empobrecidas.

Depois do discurso de abertura das sessões parlamentares ficou claro que buscam uma unidade burguesa para enfrentar os trabalhadores e que nós, trabalhadores, devemos organizar-nos de forma revolucionária para enfrentar este ataque e este pacto que estão a preparar. Enfrentar Milei e toda a oposição pequeno-burguesa que, por omissão ou cumplicidade, não o enfrenta é lutar pelo poder da classe trabalhadora como direção da nação oprimida. Devemos forjar a unidade internacionalista com os trabalhadores da região, como o proletariado brasileiro, chileno, colombiano, peruano, boliviano, para citar apenas alguns, numa luta antiimperialista que alcance a solidariedade do proletariado norte-americano, para derrotar os planos do imperialismo, discutidos no último G20 no Brasil e dar uma saída revolucionária para a crise mundial e as guerras em curso.

EQUADOR - A SAÍDA CONTRA A VIOLENCIA ESTATAL E DO NARCOTRÁFICO É A AUTODEFESA E A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

No dia 08 de janeiro, o Equador acorda em meio a um caos generalizado. São atentados a bomba, sequestro de policiais que, só nesse primeiro dia, vitimaram fatalmente 10 pessoas, além das dezenas de feridos. Essas ações foram atribuídas a grupos ligados a facções criminosas diretamente conectadas ao narcotráfico internacional e tiveram início após o “desaparecimento” de “Fito”, líder de uma das principais facções.

Já no dia 08, o presidente, Daniel Noboa, declara estado de emergência por 60 dias, militarizando ainda mais o país, permitindo que o exército atue junto à polícia para garantir a ordem nos presídios, hospitais e nas ruas. No dia seguinte, Noboa declara que o país está sob um “conflito armado interno”, um jargão utilizado no direito internacional, que na prática significa que o presidente equatoriano classifica seu país como em situação de Guerra Civil.

Esse conflito tem origens profundamente arraigadas à ação imperialista estadunidense na América Latina. A política de “Guerra às Drogas” praticada pelos norte-americanos é a responsável direta pelos acontecimentos deste janeiro no Equador. A pressão sob a circulação marítima de Peru e Colômbia - maiores produtores de cocaína - e o fortalecimento da fronteira terrestre com o México, fez com que os cartéis tivessem de se deslocar em busca de locais com maior facilidade de circulação, a dolarização da economia, vigente desde o início do século, é também um dos fatores a atrair o capital do narcotráfico.

O Equador tem 27% da sua população abaixo da linha da pobreza (na América Latina só está melhor que o Haiti) e é quase que exclusivamente dependente da exportação de petróleo e suas flutuações de preço. Com a chegada do dinheiro

internacional das drogas, as gangues se fortalecem financeiramente e atraem a juventude trabalhadora miserável, crescem e passam a se organizar, guerrear entre si e se infiltram nos órgãos de controle do estado: o parlamento, a polícia, o exército e o judiciário estão todos sob o domínio do capital do narcotráfico internacional. A corrupção é inerente ao sistema capitalista, e nas semicolônias tende a tomar esse caráter ferino, onde os trabalhadores se tornam ao mesmo tempo bucha e alvo para os canhões da burguesia.

Esse cenário de barbárie não surgiu ao acaso. Foi um caminho pavimentado há tempos pelos governos títeres do imperialismo que se revezaram no país. Desde a primeira década do presente século, foram inúmeros levantes populares organizados, tendo como protagonistas principalmente os movimentos indígenas, sempre acompanhados de trabalhadores organizados e estudantes, com governos lançando mão também do estado de exceção, colocando exército e polícia juntos para reprimir manifestantes. Nenhum governo fugiu à regra, incluindo o ex-presidente, agora exilado, Rafael Corréa, um dos principais representantes dos governos de esquerda na América do Sul no decorrer do século, no qual houve repressão sobre os movimentos de trabalhadores organizados, principalmente no que tange a atuação das mineradoras no país. Não à toa quem sempre esteve à frente dessas ações eram as lideranças indígenas, representadas majoritariamente pela CONAIE.

A CONAIE, principal organismo que dirige os movimentos de massa no Equador, em todos esses levantes lançou mão da política de negociar junto aos partidos burgueses, justamente por ser esse o limite da atuação dos movimentos sociais, não podendo representar os interesses da classe trabalhadora. O resultado foi a aplicação das políticas de austeridade

do FMI e do Banco Mundial e o empobrecimento de uma população já paupérrima, abrindo espaço para o cenário que hoje está colocado no país.

Daniel Noboa, um jovem de 36 anos, magnata e filho do homem mais rico do país, foi guindado ao poder após a convocação urgente de eleições feita pelo ex-presidente Guilherme Lasso para evitar sofrer o impeachment pelo Congresso. Com um discurso que se descola da direita tradicional, representada por Lasso, e da “esquerda” Correísta - ambos sob denúncias de corrupção - e defendendo firmeza e austeridade no trato com a criminalidade ascendente no país, Noboa, se incensa como a “voz da mudança” para o Equador, inclusive se reivindicando como centro-esquerda e um “empresário com coração”, vence as eleições e assume o cargo de presidente até 2025, onde tentará sua reeleição.

Tendo uma minoria pouco expressiva na Câmara e expressando justamente a dualidade de seu discurso, em nome da “governabilidade”, o governo recém-eleito se alia justamente aos Correístas, maior força parlamentar, e a direita religiosa, representada pelo PSC - Partido Social Cristão, segundo maior força na Câmara, evidenciando o caráter propriamente burguês de TODAS essas correntes políticas.

Diante disso, afirmamos que não será a mudança do nome a

liderar o governo que representará o real avanço para os equatorianos. No poder, são os mesmos grupos que governam há décadas o país e que implantaram as bases materiais para a consolidação das forças que agora o controlam. São os grupos que dolarizaram a economia do país, que permitiram o avanço da mineração sobre as áreas de preservação, prejudicando o abastecimento de água para a população mais pobre e que negociaram os acordos para os planos de austeridade do FMI.

Para a classe trabalhadora e populações indígenas do Equador e da América Latina, as saídas nunca passaram e não vão passar pelo parlamento burguês. Qualquer saída de classe passa pela organização independente dos trabalhadores. Há de se denunciar e romper com as direções sindicais e políticas, principalmente da CONAIE, que a cada levante das massas concilia com os partidos burgueses as pautas rebaixadas, que inibem o furor revolucionário da classe trabalhadora e as direcionam para as saídas eleitorais. É urgente a recuperação dos sindicatos, e das organizações de base para a organização da classe trabalhadora e inclusive para a constituição de sua autodefesa contra o avanço da violência promovida pelo narcotráfico e pelo Estado burguês putrefato e suas instituições corrompidas.

Que os trabalhadores mineiros, rurais, petroleiros e indígenas, do campo e da cidade se unam em torno das consignas da autodefesa, recuperação dos sindicatos e da independência de classe.

1º ANO DA FRENTE AMPLA: GOVERNO LULA AVANÇA COM POLÍTICA DITADA PELO IMPERIALISMO.

[NACIONAL]

A dinâmica política no Brasil, em 2024, se expressará pelo processo eleitoral municipal intensamente polarizado, e pelos impactos da situação internacional, centralmente, em relação ao desempenho econômico mundial sobretudo, às questões da diminuição de crescimento, inflação e endividamento interno e externo, em um contexto de acirramento das disputas interburguesas e das guerras em curso.

O 1º ano de governo da Frente ampla Lula/Alckmim ficou marcado pelo discurso de defesa da “democracia” (em oposição ao governo anterior “antidemocrático”) e, em nome da democracia, avançaram com um conjunto de políticas que atendem os interesses rentistas do mercado financeiro, as demandas do agronegócio, dos bancos e da CNI. Enquanto Lula excursionava como nunca antes ao exterior; visando se consolidar como mediador junto ao

Imperialismo do chamado “ Sul global” e se promover como o principal representante do imperialismo na América do Sul, Alckmim, Haddad e toda a tropa ancorada no centrão de Lira e Pacheco, encaminhavam uma política econômica pautada no déficit zero, meta que reitera a política do limite de teto de gasto (Arcabouço fiscal), na aprovação da reforma tributária, e na busca de melhora dos índices macroeconômicos, sobretudo, controle da inflação, redução do desemprego e no crescimento do PIB. Politicamente, o Plano se pauta no chamado “crescimento sustentável”, centrado na estratégia da transição energética, visando a pavimentação de novos mercados e negócios para a exploração imperialista.

Por todo o último período, as tensões entre as instituições do regime não deram trégua, o governo se viu o tempo toda com a faca no pescoço empunhada por Arthur Lira, que a cada projeto pautado, via a chance de ampliar a fatia das verbas parlamentares e a participação

na estrutura do governo, fato é que cada vez mais o executivo se vê pautado pelo Congresso e não o contrário. Foram vários os vetos de Lula derrubados pelos deputados, vide os vetos do executivo no Marco Temporal e na questão da desoneração da folha de pagamento das empresas. Cada vez mais fica evidente que o regime democrático burguês dá sinais de crise e não consegue mais esconder que ele é o próprio problema e não a solução.

No que tange a política ambiental, a despeito de toda a remontagem dos órgãos do Ministério, o governo não conseguiu ser ponta de lança no mundo para o desenvolvimento da dita economia verde, um dos fundamentos do tal desenvolvimento sustentável tão propalado por Haddad, e, contraditoriamente, tenta emplacar na foz no Rio Amazonas um “novo” Pré-sal. O desmatamento zero na Amazônia, se configurou em mais um discurso eleitoral de Lula, pois o governo não conseguiu resolver o desmatamento da Amazônia e, ainda, viu aumentar o desmatamento em extensas áreas do Cerrado. Além de demonstrar sua debilidade em não conseguir estancar o garimpo nos territórios indígenas, nem conseguir dar conta da crise do tráfico de drogas nas fronteiras da região.

A política econômica, frente às disputas de setores da burguesia, se estabeleceu pelo fato de o governo ter que operar para os negócios da burguesia e rezar a cartilha dos agentes do capital monopolista, o que significa cumprir a meta do equilíbrio fiscal e ter que, ao mesmo tempo, ampliar os gastos em bilhões destinados à sanha de deputados e senadores para aprovação de projetos no Congresso, e remontar toda a política de apelo social e de cunho de ampliação do papel do Estado, com o Novo PAC e as ações assistencialistas e de transferência de renda (Bolsa família e outros) para conter a miséria e a fome, oriundas do aprofundamento da crise econômica que arrasta o país por anos seguidos de recessão e crescimento pífio.

Contradizendo as estimativas, o período terminou com a recuperação dos índices em relação a 2022, último ano do governo Bolsonaro e vivendo ainda os efeitos da reabertura pós-pandêmica. A inflação oficial se manteve dentro da meta, situação atribuída à redução dos preços dos alimentos. O desemprego foi de 7,8%, menor taxa desde 2014. A variação para cima do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3%, superior às estimativas feitas para o ano passado, sobretudo, pelos resultados sazonais do Agronegócio, a retomada de grandes projetos de infraestrutura e pela

retomada do consumo.

Estes índices podem aos olhos de analistas burgueses, assim como, de setores reformistas da esquerda expressarem uma onda de otimismo. Contudo é fundamental colocarmos uma lupa sobre os dados e observar que concretamente o país vive uma profunda crise social, que se localiza em grande medida nas relações de trabalho precarizadas. Apesar da taxa de desemprego ter ficado abaixo das estimativas, o fato é que a informalidade chega a um contingente de quase 40 milhões de brasileiros.

Em 2023, a estimativa anual da população desalentada, os que desistiram de procurar emprego, alcança 3,7 milhões de pessoas. Já a estimativa anual de empregados sem carteira assinada no setor privado mostrou aumento de 5,9% e foi para 13,4 milhões de pessoas. Fato é que a precarização e o baixo salário corroem as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. A crise social, se expressa na explosão de moradores de rua, nos altos índices de insegurança alimentar, no déficit habitacional, na barbárie que acomete os populações indígenas e no aumento da tensão com narcotráfico e seu desdobramento no aumento da violência do aparato repressor nas periferias e, principalmente, no controle do movimento de massas.

É nesse contexto que Lula avaliza um governo voltado aos interesses do imperialismo e do capital. Uma Frente ampla apoiada e blindada por todo o reformismo, e suas direções políticas e sindicais dos trabalhadores. Assim, se sente confortável para avançar com a pauta econômica da burguesia, e dessa forma se mostrar viável como o gerenciador de seus negócios. Nesse sentido, quer avançar com a Reforma administrativa, que é ponto de tensão com o congresso, que, por sua vez, quer aprovar a proposta de Reforma apresentada pelo governo anterior. O fato é que ambas as propostas atacam diretamente o funcionalismo público.

Sua política em relação às estatais defende a agenda privatista, já não fala mais em revogar as privatizações, caso da Eletrobras, além disso, viu nesse primeiro ano o setor industrial agonizar e atingir quedas históricas na participação do PIB. Para tentar salvar o setor, apresenta o Novo Indústria Brasil, programa que aponta para os próximos dois anos um aporte de 300 milhões em financiamento para tirar o setor industrial do atoleiro.

Vale lembrar que esse programa tem o apoio das centrais e sindicatos, que inclusive participaram da elaboração. É essa a alternativa que as direções políticas e sindicais apresentam como saída aos trabalhadores, ou seja, sanear a crise do patrão.

Nesse sentido, está claro que o reformismo e suas burocracias sindicais assumiram a defesa incondicional do governo de Lula/Alckmim, apoiando toda a política econômica e sendo o principal avalista do governo. Já o centrismo, durante todo o ano passado, buscou a composição de frentes de oposição ao governo, sem contudo, assumir uma política revolucionária, única capaz de levantar os interesses de classe de forma independente.

Cada vez mais o centrismo abre mão de levantar uma política revolucionária em suas bases, nos sindicatos, optando por frentes superestruturais e aparatistas e atuando de forma adaptada às instâncias do estado burguês. Contribuindo, desta forma, para o recuo do movimento de massas e, consequente, retrocesso no nível de consciência da classe.

O ano que começa será palco de mais uma disputa eleitoral. As eleições municipais começam a ditar os rumos da política em todas as esferas. Nos últimos períodos, vimos

o centrismo justificar a participação nas eleições com a defesa abstrata do princípio da “independência de classe”, e defender uma saída para os trabalhadores através das urnas “de forma independente”. Seria cômico, senão fosse trágico! É evidente a total adaptação do centrismo ao estado burguês, como se a democracia burguesa ainda pudesse desempenhar algum papel progressivo para a revolução socialista.

Não devemos ter ilusão nas saídas eleitorais, no parlamento e no judiciário, estes são o campo da burguesia e já se provaram ser o cemitério da luta independente e dos direitos dos trabalhadores. É urgente, portanto, na perspectiva de recuperação dos sindicatos, travar a luta política contra o centrismo e enfrentar as burocracias sindicais.

A tarefa posta aos conjunto dos trabalhadores nos sindicatos é ganhar influência política sobre as massas trabalhadoras, através da formação de Oposições Revolucionárias, recuperando-os das burocracias que nada mais são do que agentes da burguesia em nossas organizações, para transformá-los em ferramentas revolucionárias. Para tanto, o primeiro princípio dessa organização é a independência total e incondicional do sindicato em relação ao Estado burguês e suas instituições. Isso não se resume a uma palavra de ordem, mas num princípio de ação. A batalha pela total independência dos sindicatos só pode ser realizada por uma direção revolucionária.





ENTRE LULA E BOLSONARO, TARCÍSIO ACELERA PRIVATIZAÇÃO.

O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos), vem se constituindo como uma espécie de coringa no cenário político nacional. Eleito em 2022 como o candidato de Jair Bolsonaro no estado, habilmente vem descolando sua imagem da areia movediça bolsonarista, que vem arrastando o ex-presidente e seus seguidores políticos mais leais para problemas com a justiça burguesa e construindo uma imagem de governante confiável para gerenciar os negócios da burguesia no estado. Mesmo Lula, inimigo público número 1 do bolsonarismo, por diversas vezes tem acenado amistosamente ao governo de Tarcísio, com um ministério cedido a seu partido, assim como o incentivo a industrialização do país que pode chegar a 300 bilhões de reais em investimentos e isenções, o que atingirá diretamente o estado de São Paulo.

A retórica que notabilizou sua eleição e em que se baseiam as políticas de seu governo é a mesma que marca todos os políticos ligados a essa esfera política: austeridade nos gastos, otimização dos serviços públicos através da terceirização e privatização dos serviços e empresas públicas, ataques ao funcionalismo, em especial aos trabalhadores da educação e o aprofundamento da militarização, principalmente quando se trata de lidar com os trabalhadores mais pauperizados e periféricos.

Seu primeiro ano de governo já deu claras evidências de que, apesar do afastamento calculado do bolsonarismo e da tímida aproximação com o governo federal, vai colocar em prática as políticas que os setores da burguesia e da pequena-burguesia paulista que o elegeram exigem.

Tendo a taxa de homicídios,

em geral, sido reduzida em São Paulo, os assassinatos cometidos por policiais no estado aumentaram em 34% de 2022 para 2023, atingindo unicamente a população das periferias pobres. Uma expressão clara da função das forças policiais no Estado burguês, que é a de proteção ao capital e a propriedade privada, e de contenção da luta de classes.

Em relação aos serviços públicos e ao funcionalismo, os ataques se aprofundam. O governo quer concluir antes do segundo semestre de 2024 a privatização da SABESP - principal companhia de abastecimento e tratamento de água do estado - esse é o carro chefe do seu projeto privatista e que está em tramitação no parlamento estadual. Junto a isso se soma a tentativa de privatização da EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), empresa estatal responsável pela controle de represas, barragens e hidrelétricas no estado, ou seja, a produção, distribuição e o consumo de água e eletricidade do estado serão definitivamente entregues nas mãos da iniciativa privada, potencialmente nas mãos da burguesia imperialista, como já é a ENEL, empresa que distribui energia elétrica em São Paulo e outros estados e que tem propiciado o aumento das tarifas de energia, além de seríssimos problemas de distribuição de energia em todos os estados em que atua.

O furor privatista também alcançou o setor de transportes públicos do estado. Em novembro passado, o plano de Tarcísio era a privatização total das linhas da CPTM e do METRÔ - junto da SABESP são as maiores empresas estatais do estado - até o fim do seu mandato em 2025. Lembre-

mos que o maior número registrado de reclamações e problemas na execução dos serviços de transporte sobre trilhos estão relacionados às linhas já privatizadas, como a linha Esmeralda da CPTM e a linha Amarela do METRÔ.

A educação no estado também tem sido alvo há anos do avanço dos projetos privatistas. O sucateamento das unidades, o arrocho salarial, a imposição das PEI's e o ataque aos direitos têm sido regra em todos os governos anteriores e seguem se aprofundando nessa gestão. Tarcísio nomeou o empresário Renato Feder como seu secretário da educação, conhecido por defender a militarização das escolas. Feder quando teve o mesmo cargo no Paraná tentou substituir os livros didáticos por um material digital produzido pela empresa em que é sócio, a Multi, em São Paulo, Feder segue o mesmo plano.

O governador, que flerta com o governo federal, e seu parceiro Feder protagonizam uma gestão de precarização do trabalho e perseguição aos trabalhadores da educação. As gestões escolares vêm sendo instrumentalizadas para vigiar e perseguir professores que não seguem os materiais e políticas impostos pelo governo, ataque direto a autonomia e liberdade de cátedra dos trabalhadores da educação. Ainda foi esse governo que demitiu mais de 200 mil professores ao final do ano, fazendo com que milhares de trabalhadores iniciassem o ano sem saber se vão conseguir garantir trabalho. Tarcísio, sem nenhum escrúpulo, ainda afirmou que os professores não têm um bom salário, nem boas condições de trabalho, mas tem muito amor para distribuir.

Não há como dissociar todos os ataques citados acima da atuação recuada das direções sindicais. Foram diversos atos isolados esvaziados, que davam um ar mais festivo que político às atividades. Precisando responder aos trabalhadores, diante da ofensiva do governo, as direções convocaram uma greve unificada de trabalhadores do Metrô, CPTM e SABESP de apenas 1 dia, mas permitindo que o governo determine os métodos da luta, se submetendo às exigências do governo de funcionamento parcial das linhas e não liberando as catracas, um brutal desvio dos nossos métodos históricos de luta, pois **NÃO SE PEDE CONCESSÃO AO PATRÃO PARA LUTAR**. O governo respondeu de forma repressiva, aproveitando essa submissão das direções, demitindo cinco metroviários sindicalistas diretamente envolvidos na organização das lutas.

Na educação, a direção burocratizada da APEOESP, recém reeleita e agora repleta de quadros reformistas do PSOL, se manteve em seu imobilismo tradicional. Convocou atos isolados para acompanhar a mobilização de METRÔ, CPTM e SABESP, também convocou ato isolado contra a ameaça de corte 9 bilhões de reais da educação feita por Tarcísio, e diante da demissão de professores contratados e problemas com atribuição de aulas, manteve-se com sua verborragia usual, sem efetivamente apresentar política para lutar contra esses ataques.

Não há como lutar contra as ameaças de privatização, terceirização, desemprego e sucateamento das condições de trabalho fazendo concessões aos patrões ou esperando o período eleitoral para que em algum golpe de sorte sejam eleitos representantes dos trabalhadores no parlamento e nos governos de turno. A luta de classes deve se dar no seio do sistema capitalista que é a produção, não somente na circulação. Paralisações de um dia, atos festivos isolados que se tornam palanques eleitorais não terão efeito sobre os lucros dos capitalistas nem sobre a consciência dos trabalhadores. É a luta independente, com nossos próprios métodos, que propiciará o avanço da luta contra os ataques a todo o funcionalismo público estadual.

Para isso, devemos superar as direções traidoras que ocupam os sindicatos, que transformaram o instrumento de luta dos trabalhadores em meio de vida. Devemos varrer na luta as burocracias e direções políticas que conciliam com os governos e que governam para as burguesias.





CAMPANHA SALARIAL 2024: CONSTRUIR A GREVE COM A MAIS AMPLA UNIDADE!



[SINDICAL]

Os trabalhadores da rede municipal de ensino de São Paulo deflagraram a campanha salarial de 2024. São inúmeros os ataques do governo de Ricardo Nunes/ MDB, que chega ao último ano de mandato avançando de modo acelerado com a privatização da educação. A campanha deste ano tem como pano de fundo a eleição municipal pautando a disputa das burocracias do SINPEEM e do SINDSEP pela direção do movimento, para melhor se cacifarem junto e rumo à vereança.

Desde congresso do ano passado, que ocorreu em outubro, com a presença do pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, Boulos (PSOL), e marcado pela total ausência de democracia operária, a direção do Sinpeem, com conivência da Oposição Unificada, impôs de modo extremamente burocratizado um plano de lutas rebaixado, pautado por incorporações, sem a apresentação de um índice de reajuste real de salários e encaminhou a primeira manifestação e assembleia para o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Marcadas, portanto, tardiamente, depois de um mês do retorno das férias e há pouco mais de um mês do início do período eleitoral, em 18/04. Lembrando que qualquer projeto de lei resultado de negociação salarial deve ser aprovado na Câmara até 08/04. Essa tática indica o interesse das burocracias em encurtar o movimento, para que tenham tempo de se dedicarem exclusivamente à campanha dos seus candidatos.

Outro debate central passa pela necessária construção de uma unidade com o funcionalismo. A conformação da COEDUC, Coordenação dos Sindicatos da Educação (SINESP, SEDIN E SINPEEM), ocorreu sem nenhuma construção pela base. O rompimento desta com o Fórum das entidades, que congrega entidades do conjunto do funcionalismo, expressa a recusa de uma

unidade ampla com o conjunto das categorias. Não é de hoje que a burocracia do SINPEEM tem recusado a unidade e o argumento se baseia na rejeição ao subsídio. Essa política avançou para o conjunto do funcionalismo como resultado de anos de traição do Fórum das Entidades, encabeçado pelo SINDSEP. Isto posto, devemos ter claro que a unidade fortalece o movimento, mas deve ser ampla e construída pelos métodos da democracia operária, ou seja, aprovada pela categoria em assembleia e não pelos interesses das burocracias do SINPEEM e do SINDSEP.

Esse divisionismo superestrutural num contexto de aprofundamento das terceirizações e convênios, da política de arrocho dos salários e da precarização das condições de trabalho, alerta para os métodos nos quais devemos construir o movimento, o fato é que não devemos atrelar nossa luta ao voto e ao rumo da eleição.

A burocracia da Coeduc, encabeçada pelo SINPEEM, segue rota contrária e vincula a campanha ao calendário eleitoral para impedir o ascenso de uma luta. O calendário deles é eleitoral, o nosso é o da luta permanente. Nos últimos processos de luta, esse condicionamento às instâncias do regime democrático burguês constitui-se no centro da política traidora das burocracias. A base da categoria deve decidir os rumos do movimento. Devemos responder com os nossos métodos, no fechamento das escolas e nas ruas, e neste dia 08/03 aprovar a greve por reajuste real de salários, pelo fim das privatizações, pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. A organização e construção da campanha salarial deste ano passa pela defesa irrestrita da independência de classe e neste sentido, é de urgente a recuperação dos sindicatos colocando abaixo as burocracias traidoras. Por este motivo, seguimos na Unidade Independente, Classista e Combativa batalhando por uma oposição revolucionária no SINPEEM!

CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com.br